

Ata n.º 56/XIV/2.ª SL

Aos quatro dias do mês de março de 2021, pelas quinze horas e trinta minutos, na Sala 7 do Palácio de São Bento, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, tendo a seguinte,

Ordem do Dia:

1. Informações gerais

2. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 962/XIV/2.ª \(IL\)](#) - Condiciona a finalização do acordo de investimentos com a China ao respeito pelos direitos humanos e laborais, incluindo a libertação das minorias presas nos denominados "campos de reeducação".

3. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 997/XIV/2.ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo português que abandone o Tratado da Carta da Energia.

4. Apresentação e discussão dos seguintes Projetos de Voto:

[n.º 451/XIV/2.ª \(CDS-PP\)](#) - De pesar pelas mortes que ocorreram na manifestação na vila de Cafunfo, na província de Lunda-Norte

[n.º 461/XIV/2.ª \(PS\)](#) - De condenação pelo golpe militar em Myanmar

[n.º 472/XIV/2.ª \(PS\)](#) - De solidariedade para com a luta do povo da Bielorrússia pela democracia e liberdade

[n.º 477/XIV/2.ª \(PCP\)](#) De congratulação pelo 45.º aniversário da proclamação da República Árabe Sarauí Democrática

[n.º /XIV/2.ª \(CNECP\)](#) - De pesar pelo assassinato do Embaixador de Itália em Kinshasa e de dois dos seus acompanhantes num comboio do Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas.

5. Apreciação do regime a adotar no uso dos tempos de intervenção dos Grupos Parlamentares em audições Regimentais.

6. Aprovação das Atas números:

- n.º 49 de 9 de fevereiro de 2021
- n.º 53 de 23 de fevereiro de 2021
- n.º 54 de 24 de fevereiro de 2021

7. Outros assuntos.

Iniciada a reunião, dirigida pelo Presidente da Mesa, Deputado Sérgio Sousa Pinto, começou este por dar as boas vindas a todos.

Seguidamente e já no âmbito do **Ponto 1.** da OD, o Presidente da Mesa informou que na próxima semana ocorrerão duas reuniões de Comissão: no dia 9, pelas 15 horas, na Sala do Senado para audição da Inspetora-Geral Diplomática e Consular (porta fechada); e no dia seguinte, 10 de março, pelas 15.30 horas (ordinária).

No **Ponto 2.**, foi concedida a palavra ao Deputado João Cotrim de Figueiredo (IL) que, presencialmente, procedeu à apresentação da sua iniciativa. Começou por lamentar o atraso sentido no tratamento das matérias relacionadas com a China. Salientou, de seguida, o facto de as grandes mudanças da história começarem com situações como a presente, as quais não podem nem devem ser consumidas pelas particularidades do relacionamento económico. Recordou, depois, a postura agressiva que a China tem protagonizado na cena internacional _ Hong-Kong, mar do Sul da China, Tibete, Índia, de entre outras. Entende que a “real politik” não pode ser justificação para pretensões hegemónicas como a chinesa possam passar em branco.

Seguidamente, intervieram os Deputados:

Nuno Carvalho (PSD) para felicitar o IL pela iniciativa, cujo tema merece discussão política, a qual tem vindo igualmente a ser promovida no âmbito desta Comissão, facto que o IL naturalmente desconhece, pelo facto de não se encontrar representado na mesma. Lembrou que o PSD havia já questionado o Governo sobre se, das negociações no âmbito dos acordos económicos entre a China e a União Europeia, constavam quaisquer condições relacionadas com o respeito pelos Direitos Humanos naquele país, tendo concluído existirem sérias preocupações sobre a matéria, também, da parte do Governo.

Paulo Pisco (PS) que salientou ser pretensão do IL que Portugal tomasse unilateralmente uma posição acerca desta matéria, quando as negociações sobre os acordos económicos com a China decorrem sob a égide da União, tendo vindo a ser conduzidos pela nova presidência da Comissão Europeia de forma bastante assertiva, no que concerne à salvaguarda do respeito pelos Direitos Humanos. Salientou, igualmente, a necessidade de conferir algum realismo à abordagem desta matéria, atentos os particulares interesses da comunidade portuguesa em Macau, que não prescinde de uma abordagem europeia “em

bloco”, não podendo Portugal assumir individualmente a posição de “campeão” no combate a certas práticas das autoridades chinesas, pois outros com mais poder não o fazem.

João Oliveira (PCP) que começou por assinalar que a abordagem feita pelo IL na discussão desta iniciativa facilita muito o comentário à mesma: o que releva para o IL é o perigo da ascensão hegemónica da China, o que nada tem a ver com a defesa de Direitos Humanos. Esta posição, em linha com a defendida pela cessante Administração-Trump, procura alimentar uma campanha anti China, tomando como instrumento a liberdade religiosa e os direitos laborais, neste caso, contrariando a própria linha política seguida pela IL, tal como ficou demonstrado na discussão de ontem, em Plenário, de uma iniciativa do PCP em defesa dos direitos dos trabalhadores. Relembrou, ainda, que esta questão adquire maior complexidade quando se conhece que a região Xinjiang faz fronteira com o Afeganistão, onde a intervenção da NATO trouxe forte instabilidade. Concluiu, referindo que o PCP não apoiará esta iniciativa.

Paulo Neves (PSD) Felicitou o IL por trazer à Comissão a discussão desta matéria, pois os direitos Humanos são uma questão fundamental. Porém, nas relações entre Estados, não é o único ângulo a ter em consideração, pois se o fosse, não nos relacionaríamos com mais de trinta países. Recordou que a China é o maior país exportador do mundo, aspeto que não pode ser olvidado. Paralelamente, Portugal é, no contexto europeu, um país com particularidades histórico-diplomáticas de relacionamento com a China que aconselham a uma maior compreensão e proximidade, que não pode perder de vista algum realismo político.

João Cotrim de Figueiredo (IL) que agradeceu os diferentes contributos, lamentando, porém, uma certa dualidade na abordagem da matéria, pois ao mesmo tempo que se eleva a relevância dos Direitos Humanos, acaba sempre por prevalecer o realismo das vantagens político-económicas. Referiu compreender agora os motivos pelos quais o PCP tem vindo a solicitar sucessivos adiamentos de iniciativas do IL relacionadas com a China. Chamou a atenção para a atividade que tem vindo a ser desenvolvida nos últimos anos pelo Departamento de Relações internacionais do Partido Comunista Chinês, elucidativo das verdadeiras finalidades da política externa deste país. Se Portugal nada pode fazer isoladamente, o IL não deixará, porém, de denunciar a posição chinesa. A finalizar, refutou a alegada colagem do IL às políticas de Trump, tendo lembrado que a defesa dos direitos laborais também faz parte do DNA do seu Partido.

Interpelando a Mesa, interveio o PCP, através do Deputado João Oliveira, confirmando ter de facto solicitado o adiamento desta e de duas outras iniciativas do IL, precisamente para melhor poder preparar as suas intervenções, tratando-se, de um direito que lhe assiste, nos termos do Regulamento da Comissão.

Encerrando a discussão, o Presidente da Mesa quis sublinhar a relevância desta matéria em sede de Comissão.

No **Ponto 3.**, tendo -se constatado a ausência do Partido autor da iniciativa, ficou a sua apresentação adiada para a reunião seguinte.

Passados ao Ponto 4., informou o Presidente ter ficado adiada a apresentação dos Votos números 451/XIV, a pedido do CDS-PP, e 477/XIV, a pedido do PS, transitando ambas as iniciativas para a agenda da próxima reunião.

Para apresentação do Voto n.º 461/XIV, foi concedida a palavra ao Deputado Paulo Pisco (PS) que informou ir proceder a uma retificação na parte explanatória da iniciativa, retirando a referência, incorreta, à existência de um genocídio como tal confirmado pela ONU, o que não corresponde à verdade.

Intervieram os Deputados:

João Oliveira (PCP) para, confirmada a correção atrás mencionada, manifestar a concordância do PCP;

Nuno Carvalho (PSD) para manifestar a sua concordância.

Submetido a votação, foi a iniciativa aprovada com votos favoráveis de PS, PSD e PCP, tendo-se registado a ausência de BE e CDS-PP.

Foi de seguida concedida a palavra à Deputada Lara Martinho (PS) para apresentação das motivações subjacentes ao Voto n.º 472/XIV.

Intervieram os Deputados:

Nuno Carvalho (PSD) para manifestar concordância tanto quanto ao teor como à oportunidade;

João Oliveira (PCP) que aqui deu por reproduzida a argumentação do PCP aquando de idêntica iniciativa apresentada pelo CDS-PP.

Submetida a votação, a iniciativa foi aprovada, com votos favoráveis de PS e PSD, contra, do PCP, tendo-se registado a ausência de BE e CDS-PP.

Foi ainda lida, apresentada e discutida uma proposta de texto para um voto da Comissão, de pesar pelo assassinato do Embaixador de Itália em Kinshasa e de dois

dos seus acompanhantes num comboio do Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas, com o seguinte texto:

«No passado dia 22 de fevereiro, o embaixador de Itália em Kinshasa, Luca Attanasio, e dois acompanhantes, Vittorio Iacovacci e Mustapha Milambo, morreram assassinados por um grupo armado quando, no âmbito do Programa Alimentar Mundial, se dirigia a Rutshuru para visitar uma cantina escolar que ali fora construída pelas Nações Unidas.

A delegação foi atacada a norte de Goma, a capital da província do Kivu Norte, lugar que tem sido flagelado pela violência de grupos armados, milícias e bandos criminosos há mais de duas décadas.

Independentemente de quem tenha cometido os assassinatos e o ataque, que o próprio Presidente do país condenou, as missões das agências das Nações Unidas estão protegidas pela lei internacional para o desempenho das suas ações humanitárias, absolutamente fundamentais para as populações, circunstâncias que tornam tal tipo de ocorrências incompreensíveis, condenáveis e profundamente lamentáveis.

Assim, reunida em sessão plenária, a Assembleia da República manifesta o seu mais profundo pesar por tão vil e funesta ocorrência, prestando sinceras condolências e solidariedade à família das vítimas, às autoridades italianas e às Nações Unidas.»

Não se tendo registado intervenções, o texto do Projeto de voto foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes (PS, PSD e PCP) _ estando ausentes BE e CDS-PP _, com a expressa menção, sugerida pelo Presidente da Mesa, que o Projeto subisse a Plenário para leitura integral e votação, dando seguimento ao procedimento em tempo ajustado com o Gabinete do Senhor Presidente da Assembleia da República.

No Ponto 5., o PSD veio solicitar o adiamento da discussão da matéria, dada a ausência da Deputada Catarina Rocha Ferreira, a cujo cargo se encontra o tratamento da matéria. Não obstante o adiamento, unanimemente sancionado, interveio a Deputada Edite Estrela (PS) para referir o seu entendimento de que existe espaço para adotar o Regimento com as adaptações que se considerarem necessárias, tanto na primeira ronda _ onde pode ser dada a opção aos diferentes Grupos relativamente à resposta direta do Ministro após cada pergunta _, como na segunda, mantendo a fórmula da resposta em bloco, na sequência de determinado número de perguntas dos Deputados.

Tomando a palavra, o Presidente da Mesa salientou a existência de uma prática sedimentada no funcionamento das audições regimentais na 2.^a Comissão que importaria preservar, tanto por ter vindo a provar ao longo do tempo, como por corresponder à tradição e à natureza das matérias abordadas nesta Comissão, sem prejuízo da aplicabilidade daquilo que o novo Regimento possa de bom trazer aos trabalhos.

Intervieram, ainda, os Deputados:

Paulo Neves (PSD) para elogiar e concordar a abordagem defendida pelo Presidente da Mesa;

João Oliveira (PCP) para salientar que as novas regras regimentais de funcionamento das audições em Comissão vieram destabilizar o adquirido institucional que tem vindo a funcionar plena e eficazmente;

Nuno Carvalho (PSD) para concordar com a adoção, na segunda ronda, do sistema de resposta após blocos de cinco perguntas.

Relembrou o Presidente que, não obstante o conjunto de opiniões dadas em avanço, a matéria constará da próxima Ordem de Trabalhos da Comissão, onde será definitivamente discutida.

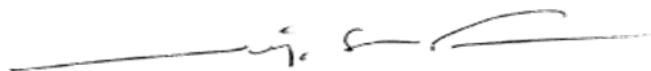
Finalmente, no Ponto 6., procedeu-se à leitura das atas à margem identificadas, as quais foram conjuntamente submetidas a votação, tendo sido aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes (a favor, PS, PSD e PCP; ausentes, BE e CDS-PP)

_____ // _____

Nada mais havendo a registar, a reunião encerrou pelas dezassete horas, estando disponível **registo áudio** da mesma, assim se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 4 de março de 2021.

O Presidente da Comissão



(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões (PS)
Bacelar De Vasconcelos (PS)
Carla Sousa (PS)
Edite Estrela (PS)
José Mendes (PS)
Lara Martinho (PS)
Paulo Pisco (PS)
Paulo Porto (PS)
Sérgio Sousa Pinto (PS)
Susana Correia (PS)
Carlos Alberto Gonçalves (PSD)
Catarina Rocha Ferreira (PSD)
Eduardo Teixeira (PSD)
Ilídia Quadrado (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
José Cesário (PSD)
Nuno Miguel Carvalho (PSD)
Paulo Neves (PSD)
Alexandra Vieira (BE)
João Oliveira (PCP)
Carlos Brás (PS)
Cristina Jesus (PS)
Duarte Pacheco (PSD)
Pedro Roque (PSD)
João Cotrim De Figueiredo (IL)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão ocorrida em 16 de março de 2021.